



Quintão Meireles contra Craveiro Lopes e regresso às províncias ultramarinas

1951

O país está doente... O país tomará a ter outro Chefe de Estado nomeado mas sem a nossa colaboração
(Quintão Meireles)

Os novos socialistas de marca social-democrata, proclamam que *aspiram, com meios democráticos, a uma nova sociedade em liberdade*, considerando que *a planificação socialista não requer a colectivização de todos os meios de produção*, mas antes *superar o sistema capitalista através de uma ordem económica, na qual prevaleça o interesse da comunidade sobre o interesse do lucro*
(Documento fundador da Internacional Socialista, emitido em Frankfurt)

● **Instituição da CECA** – Ano da morte de Carmona e da eleição de Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964), com o salazarismo a afastar a hipótese de restauração da monarquia ou da elevação de Salazar à presidência da República, enquanto a oposição não comunista promove a candidatura de um ex-ministro da Ditadura Nacional, consagrando-se o lançamento de parte dos apoiantes do 28 de Maio na oposição. Com Mário Soares a licenciar-se em Letras e com as inaugurações da barragem de Castelo de Bode (21 de Janeiro) e da ponte de Vila Franca (21 de Dezembro). Realiza-se o III Congresso da União Nacional em Coimbra (22 de Novembro) que marca o novo ritmo do situacionismo, emergindo o dinamismo de Marcello Caetano, em dialéctica com o grupo de Santos Costa. De um lado, o *partido dos becas*, catedraticamente conformado, do outro, a nova tropa apoiante do regime, quando o agravamento da *Guerra Fria* permite que o regime se adequê aos modelos ocidentais pela via do anticomunismo sem democracia. Se, em 13 de Outubro encerram as cerimónias do Ano Santo em Fátima, assinala-se também a morte da Rainha D. Amélia em 25 de Outubro.

● **A edificação da Europa** – *A paz mundial face aos perigos que a ameaçam, só pode ser salvaguardada por esforços criadores correspondentes, importando a edificação da Europa por meio de realizações concretas, que criem antes de mais uma solidariedade efectiva, e pelo estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento económico e substituir as rivalidades seculares, entre povos durante muito tempo opostos por dissenções sangrentas. O que só pode ser conseguido por uma fusão de interesses essenciais e concretizado pelo estabelecimento de uma comunidade económica, os primeiros alicerces de uma comunidade mais ampla e mais profunda ... e lançar assim as bases de instituições capazes de orientar um destino doravante partilhado* (Tratado de Paris de 18 de Abril, que institui a CECA)

● **O Homem Revoltado e a idade do social** – No ano em que Hannah Arendt lança *The Burden of our Time* (depois intitulado *Origens do Totalitarismo*) e Albert Camus se destaca com *L'Homme Revolté*, o jesuíta Lúcio Craveiro da Silva pensa *A Idade do Social* e é assinado o Tratado de Paris que institui a CECA (18 de Abril), começam as

negociações para a criação da CED (15 de Fevereiro) e formaliza-se a aliança ANZUS, entre norte-americanos, australianos e neo-zelandeses (1 de Setembro). Há que assinalar, contudo, outros marcos, como o regresso de Getúlio Vargas ao poder (31 de Janeiro), depois das eleições de 3 de Outubro de 1950, a reeleição de Perón, na Argentina, a nacionalização das companhias petrolíferas da Pérsia, por Mossadegh (28 de Abril) e a independência do reino federal da Líbia, sob a liderança de Idris, o emir da Cirenaica (24 de Dezembro), região que, integrando a Tripolitânia, se transformou numa colónia italiana em 1930, depois de uma decisão que, nesse sentido, é tomada pela ONU em 21-11-1949. Com o regresso de Churchill à chefia do governo britânico (01 de Novembro), depois de os trabalhistas perderem as eleições do mês anterior, sucede alguma turbulência na política geral da Europa, com o socialista belga Paul-Henri Spaak a abandonar a presidência da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa (10 de Dezembro), a pretexto da atitude anti-europeia dos britânicos.

● **Estado de Segurança Nacional** – De 1951 a 1958, período correspondente ao mandato de Craveiro Lopes, o regime viveu um típico situacionismo de *guerra fria*, marcado pelo domínio de Santos Costa e a emergência da facção de Marcello Caetano. O salazarismo, enredado no modelo neofontista dos chamados *planos de fomento*, põe fim à hipótese de solução monárquica e enreda-se na falta de solução para o problema ultramarino. Se, do lado situacionista, cresce a corrupção e a decadência, também a oposição clássica dos revirralhistas parece incapaz de fugir à tenaz do controlo comunista, apesar de terem surgido sinais de uma nova oposição vinda dos católicos e dos próprios monárquicos. Com efeito, o salazarismo faz um excelente aproveitamento da situação de *guerra fria*, instrumentalizando a nova divisão surgida na oposição entre os atlantistas e os pró-soviéticos. De qualquer maneira, assinala-se o crescente descontentamento dos militares face à política de Santos Costa e a incompreensão no tocante à política ultramarina.

● **Como se espoliaram os operários** – O período em causa é suficientemente relatado pela Carta do Bispo do Porto a Salazar de 13 de Julho de 1958. O prelado, se concorda com a política externa, a política ultramarina e a política económica do salazarismo, já discorda radicalmente da solução dada ao *problema social*. Se Salazar em 31 de Maio de 1958 salienta que *a greve é entre nós um crime*, declarando não aceitar *a ideia da incompatibilidade de interesse entre o patronato e o operariado mas a da sua solidariedade permanente*, já D. António Ferreira Gomes (1906-1989), por seu lado,

observa que *o corporativismo português foi realmente um meio de espoliar os operários do direito natural de associação, de que o liberalismo, em 91, os privara, e que tinham reconquistado, penosa e sangrentamente*. De qualquer maneira, quebrando um longo ciclo, o governo acaba por aumentar por um nadinha o vencimento dos funcionários públicos em 7 de Dezembro, no mesmo mês em que se inaugura a nova ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira.

● **Entre a legalidade e a ilegalidade** – Também Álvaro Cunhal assinala ser sempre difícil, *nas condições do fascismo, determinar nítidas fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade. Há a legalidade consentida pelo governo e há a legalidade imposta pelas massas. Há zonas de actividade onde a lei não proíbe, mas tão pouco autoriza. Nessas zonas intermédias entre a legalidade e a ilegalidade, um tipo de actividade determinada não está de antemão qualificado como legal ou como ilegal. As autoridades insistem que é ilegal, porque a lei não autoriza e as massas populares insistem que é legal porque a lei não proíbe. O que decide então é a força relativa ao governo e das massas populares ao defrontarem-se na questão em causa.*

● **Carmona**, vítima de uma pneumonia, é visitado por Salazar (8 de Março). Morre em 18 de Abril. O presidente do conselho assume, então, interinamente a chefia do Estado. Santos Costa, considerado monárquico, diz que as Forças Armadas não querem a restauração da monarquia e defende



a candidatura de Salazar. Mário de Figueiredo, por seu lado, com o apoio de Cancela de Abreu, propõe a restauração da monarquia, com a oposição de Marcello Caetano e Albino dos Reis²⁷.

●**Campanha eleitoral** – Surgem dois candidatos da oposição: Quintão Meireles, pelo sector não-comunista, e Ruy Luís Gomes²⁸, pelo unitarismo antifascista, comandado pelo PCP. Em Maio, Augusto de Castro, no *Diário de Notícias*, escreve um editorial defendendo que Salazar suceda a Carmona. Jorge Jardim é um dos mais entusiastas da tese.

●**União Nacional** lança a candidatura de Craveiro Lopes (1 de Junho), proposta por Santos Costa a Salazar. Chegou a ser sondado o general Afonso Botelho, que recusa. Também foram falados outros militares, como Aníbal Passos e Sousa, Fernando Pereira Coutinho e Miguel Pereira Coutinho. Marcello Caetano chegou a ponderar, na altura, a candidatura de Américo Tomás.



●**Candidaturas da oposição** (3 de Junho). Anunciadas as candidaturas de Quintão Meireles (segundo o SNI apoiada por *situacionistas descontentes*) e de Rui Luís Gomes, apoiada pelo MND, pelo MUD Juvenil e pelos comunistas. Partido Republicano não apoia nenhum. Norton de Matos sugerira a de Egas Moniz, que, entretanto, recusa.

●**Quintão Meireles** é apoiado por Sérgio, Cabeçadas, Vieira de Almeida, Aquilino Ribeiro, Vasco de Carvalho, António Maia, Mário Pessoa, David Neto, Acácio Gouveia, Cunha Leal, Augusto da Fonseca, Teófilo Carvalho Santos, Rolão Preto e Henrique Galvão. A candidatura é marcada pelo estilo combativo de Cunha Leal e Henrique Galvão que, sem peias, denunciam a corrupção e a confusão entre o poder político e o poder económico. Promove apenas uma sessão de propaganda na Garagem Monumental ao Areeiro. No seu manifesto de 3 de Julho, considera que *o país está doente*; assume-se contra o partido único; e defende *a integridade da pátria e da sua extensão territorial ultramarina*. Critica o Partido

Comunista, por ser *inspirado por uma potência estrangeira*. Acaba por desistir de ir às urnas em 19 de Julho.

●**O 28 de Maio prevertido pelo ódio** – *A supressão de direitos ou liberdades gerou o mal estar e o temos. Hoje não há direitos, nada se obtém que não seja por favor*, palavras de Mendes Cabeçadas, para quem o 28 de Maio foi pervertido por um técnico de finanças que gerou *uma política de ódio* e que se criaram *instituições que dividem os portugueses*.

●**Ruy Luís Gomes** emite uma proclamação *Ao Povo* (8 de Junho). É espancado à saída de uma sessão de propaganda que se realiza em Rio Tinto (5 de Julho), antes de o Conselho de Estado o considerar inelegível (17 de Julho).

●**Craveiro Lopes** – Salazar, em discurso proferido no Pavilhão dos Desportos, qualifica Gomes como *o candidato da paz*, ao *serviço de Moscovo* e o segundo como *o candidato da pacificação*, para repetir a *acalmção* de Ferreira do Amaral (19 de Junho). Anúncio oficial da candidatura situacionista (20 de Junho). Sessão de propaganda no ginásio do Liceu Camões (27 de Junho), com discursos de Luís Pinto Coelho, pela Mocidade Portuguesa, André Francisco Navarro, pela Legião Portuguesa, e Costa Leite, então ministro das finanças. Novo comício a 19 de Julho, no Pavilhão dos Desportos, onde é lida carta de Maurras de apoio a Salazar, mas sem que este assista. Também ocorre outro comício no Porto, no mesmo dia, presidido por Marcello Caetano.

●**6ª eleição presidencial** (22 de Julho). Vitória de Craveiro Lopes. Salazar lamenta-se, muito hipocritamente: *o confronto das votações teria a maior utilidade*. Posse de Craveiro Lopes em 9 de Agosto. Salazar nota que *há pouco público, pouco entusiasmo*.

●**Comunistas** Em Fevereiro, *O Avante* considera que Mário Soares, Fernando Piteira Santos, Jorge Borges de Macedo e Francisco Ramos da Costa são *oportunistas*. Assassinado, em Belas, o dirigente comunista Manuel Domingues (4 de Maio)

●**A questão monárquica** – Surge *O Debate*, semanário político português, que exprime as ideias dos monárquicos afectos à Causa Monárquica e apoiantes do regime salazarista. É dirigido pelo Professor Jacinto Ferreira²⁹. Domingos Fezas Vital dá uma



entrevista ao semanário, defendendo a restauração da monarquia: *um Estado cujo representante supremo seja eleito – se é que não, de facto, nomeado – por facções ou partidos jamais poderá identificar-se com a Nação*. Crítica também o Parecer da Câmara Corporativa para a revisão constitucional, que rejeita a supressão da eleição presidencial por sufrágio universal e directo (24 de Março). Na Assembleia Nacional, em processo de revisão constitucional, os deputados monárquicos, liderados por Mário de Figueiredo, conseguem fazer aprovar uma disposição, segundo a qual, *no caso de vagatura da Presidência da República...* a Assembleia deliberaria *sobre a eleição presidencial* (Lei nº 2 048). Ministros marcelistas propõem, em Conselho de Ministros, que Salazar suceda a Carmona, na presidência da república (23 de Abril). Salazar, enquanto presidente da república interino, chega mesmo a emitir nota oficiosa, pela via radiofónica, contra as manobras dos deputados monárquicos (5 de Junho).

● **Morte da Rainha Dona Amélia**, em França (25 de Outubro). Conselho de Ministros decreta funerais. Mais uma vez o Estado Novo procura *enterrar a monarquia*.

● **III Congresso da União Nacional** em Coimbra, onde Marcello Caetano se insurge contra a restauração da monarquia, defendida por Mário Figueiredo, Costa Leite, Soares da Fonseca, João do Amaral e Cancela de Abreu (22 de Outubro).

● Vários opositores apresentam ao governo civil de Lisboa um requerimento contendo os estatutos da **Organização Cívica Nacional**. A pretensão é, naturalmente, indeferida (1 de Novembro). A estrutura é criada a partir da comissão de candidatura de Quintão Meireles, com António Sérgio, Carlos Sá Cardoso, Henrique Galvão e o coronel Maia. Estes dois últimos organizam, aliás, um comité revolucionário e acabam presos.

● Em Dezembro, Adelino da Palma Carlos, antigo mandatário de Norton de Matos, passa a bastonário da Ordem dos Advogados

● **Política externa** – Portugal beneficia do Plano Marshall na compra de cereais e em obras de irrigação, sendo assinado um acordo de assistência mútua entre Portugal e os Estados Unidos da América (6 de Janeiro). Eisenhower, comandante supremo das forças

da NATO, visita Lisboa (17 de Janeiro). Paulo Cunha² assina com o embaixador norte-americano novo acordo sobre a utilização da base das Lajes (7 de Setembro).

● **Questão colonial**

– Governo recusa entrar em conversações directas com a União Indiana, sobre a cedência da soberania do Estado Português da Índia (16 de Maio).



● Com a revisão constitucional (11 de Junho), surge a designação de *províncias ultramarinas* em vez de *colónias*, por influência do ministro Sarmento Rodrigues². O nome *Ultramar Português*

passa a figurar em vez do termo *Império Colonial Português*. Revogado o Acto Colonial.

● Emerge em Lisboa um *Centro de Estudos Africanos*, organização de estudantes e intelectuais, com Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Alda Espírito Santo. Dura até 1954.

☐ Brochado, Costa (1987): 300 ss.; Caetano, Marcello (1977): 353, 361; Cardoso, Sá (1973): 166; Costa, Ramiro da (II): 72; Cruz, Manuel Braga da (1998): 105; Melo, Gonçalo de Sampaio e Melo (1984): 29 ss.; Nogueira, Franco (IV): 213, 214, 216, 219, 220, 228, 229, 234, 236, 243, 248; (HP): 73, 78; Soares, Mário (1972/1974): 187; Sousa, Marcelo Rebelo de (1999): 54, 55, 56 ss., 73, 78.

● **Monárquicos e republicanos** – Uma das tradicionais clivagens do Portugal Contemporâneo tem a ver com o confronto entre monárquicos e republicanos, como se os monárquicos não pudessem ser republicanos e os republicanos não pudessem advogar a monocracia. Tudo talvez tenha a ver com o mau entendimento do sufixo de origem grega *arquia*, proveniente do verbo *archein*, ir ou estar à frente, ser o primeiro. O verbo, substantivado, designa também o chefe político e quer dizer não só aquele que comanda como também aquele que começa, isto é, aquele que é capaz de começar qualquer coisa, como salienta Hannah Arendt, porque também em Roma, a palavra *auctoritas* vem de *auctor*, o mesmo que fundador. Já o sufixo *cracia* vem de outro verbo que se aproxima da nossa expressão dominar, significando dominar, enquanto exercício do poder pela força. É evidente que, no actual quadro político, não existe um problema de regime quanto à definição da chefia de Estado. Com efeito, se formalmente não vivemos em monarquia, também não temos, no plano substancial, um verdadeiro regime republicano, tanto segundo os ideais dos revolucionários da Rotunda, como de acordo com os sonhos do nacionalismo místico. Pelo contrário, o problema é bem mais radical, dado que estão em causa as fundações morais de qualquer possível regime, dado que falha o sistema de confiança pública. Ora a confiança, que tem como base a *fides*, a deusa da palavra dada, tanto é fundamento do direito privado, como da própria democracia, onde o contrato social impõe o natural respeito pelo princípio dos *pacta sunt servanda*, da honra e da força de carácter, que deveriam ser as marcas de qualquer velha nação, onde palavras como coragem e combate não podem perder o sentido.

● O facto de a Primeira República ter sido caricaturalmente parlamentarista e partidocrática, transformando o Presidente da República num simples instrumento do partido dominante, eleito pela classe política num colégio eleitoral dos instalados, apenas provocou um vazio na simbologia máxima do Estado. A partir do 28 de Maio e, muito principalmente, com a institucionalização do Estado Novo, através da Constituição de 1933, gerou-se um formal presidencialismo bicéfalo, onde efectivamente imperava o Presidente do Conselho de Ministros que, mesmo depois de abandonar a titularidade da *ditadura das Finanças*, continuou a ser o efectivo *Princeps*.

● O salazarismo, com efeito, liquidou em Portugal o dilema Monarquia/República, gerando um hibridismo e não foi por acaso que a subida de Salazar à presidência do conselho de ministros coincidiu com a inesperada morte do jovem rei D. Manuel II, no exílio britânico, e sem deixar descendentes. Circunstância que o mesmo Salazar magistralmente aproveitou quando decidiu promover-lhe funerais de Estado, num acto simbólico que, muitos observaram, como o efectivo enterro da monarquia.

● Porque o principal adversário do modelo salazarista de Estado Novo poderia vir a ser um rei constitucional e liberal, principalmente depois de 1945, com a vitória dos aliados demo-liberais e com a impossibilidade de alternativas por parte da oposição republicana. Se D. Manuel II ainda estivesse vivo, ou com descendentes, por ocasião do pós-guerra, poderia ter-se corporizado uma adequada alternativa reformista, capaz de promover a transição para a democracia, a que os próprios comunistas estavam condenados a apoiar. E Salazar até poderia transformar-se no líder de um partido democrata-cristão, capaz de vencer as eleições. Só em 1949 é que o salazarismo promoveu a revogação da lei de banimento, proposta, aliás, pelo republicano sidonista Jorge Botelho Moniz, na mesma altura em que renasceu o doutrinário monárquico neo-integralista, primeiro com a revista *Cidade Nova*, em 1949, e, depois, com o semanário *O Debate*, em 1951.

● Neste último ano, os monárquicos, no Congresso da União Nacional, perderam o debate que visava o coroamento do Estado Novo pela restauração da monarquia, para, quatro anos depois, serem impedidos, no IV Congresso da organização, de reabrirem a chamada questão do regime, para, em 1957, a própria Causa Monárquica ameaçar concorrer às eleições para a Assembleia Nacional, apresentando listas em todos os círculos.

● Em 1959, o duque de Bragança chegou mesmo a elaborar um projecto de “Proclamação ao Povo Português”, onde denuncia os “defeitos políticos” do Estado Novo. Em 1961 já surge uma Comissão Eleitoral Monárquica, com a ala jovem dos neo-integralistas.

● Julgo pertencer ao grupo dos portugueses que, apesar de nunca se terem desligado da tradição monárquica, subscrevem a exigência constitucional da *forma republicana de governo*. Com efeito, talvez seja capaz de dizer, com todo o cuidado literal e doutrinário, que foi alguém de formação monárquica que inspirou esse agregado de palavras. Com efeito, julgo não poder haver nenhum doutrinador monárquico, dos clássicos aos contemporâneos, incluindo os próprios integralistas resistentes ao despotismo salazarista, que não defenda a monarquia como forma republicana de governo.

● Em abono desta afirmação, poderia, aliás, começar por invocar Francisco Suárez e depois passar aos clássicos do tradicionalismo anti-absolutista, dado que todos eles assentaram as suas creanças consensualistas no pacto de associação e na consequente origem popular do poder. Porque, se quisermos ser profundamente constitucionalistas, teremos que começar por reverenciar a matriz de todos os constitucionalismos modernos, que é o muito “res publicano” constitucionalismo da monarquia britânica, um constitucionalismo que nunca precisou do conceito de Estado nem do conceito de Constituição para ser a matriz de todos os Estados de Direito Democráticos dos nossos tempos contemporâneos.

● E mesmo na história portuguesa, talvez convenha dizer que, antes das constituições monárquico-liberais escritas, nós já tínhamos sido, até à recepção do iluminismo absolutista, com o seu despotismo ministerial, uma república realmente constitucional e, desse modelo de constituição histórica, ainda hoje poderemos extrair muitas lições de consensualismo para alguns desvios absolutizantes do nosso tempo. Tínhamos uma espécie de Estado pré-estadualista e um género de constituição pré-constitucionalista, porque até já éramos uma nação, antes de haver nacionalismo.

● Logo, importa redescobriremos que a democracia não nasceu em Portugal no ano de 1974, que a ideia de constituição não brotou em 1822. Urge distinguirmos a *respublica* do *principado*, o *pactum unionis* dos pactos de constituição e de governo. E dizermos que a sociedade, a *república dos portugueses* é anterior e superior às constituições e aos governos. Porque até mesmo em autoritarismo, sempre praticámos a democracia das comunidades infra-estatais.

● Até tivemos uma república e uma constituição, antes de se terem elaborado os conceitos de Estado Moderno e de soberania, nos séculos XV e XVI. Isto é, a organização política dos portugueses tinha não só uma espécie de Estado pré-estadualista como também um género de constituição pré-constitucionalista. O facto de a Primeira República ter sido caricaturalmente parlamentarista e partidocrática, transformando o Presidente da República num simples instrumento do partido dominante, eleito pela “classe política” num colégio eleitoral, apenas provocou um vazio na simbologia máxima do Estado. A partir do 28 de Maio e, muito principalmente, com a institucionalização do Estado Novo, através da Constituição de 1933, gerou-se um formal presidencialismo bicéfalo, onde efectivamente imperava o Presidente do Conselho de Ministros que, mesmo depois de abandonar a titularidade da “ditadura das Finanças”, continuou a ser o efectivo “Princeps”. O salazarismo, com efeito, liquidou em Portugal o dilema Monarquia/República, gerando um hibridismo que a dita III República, posterior ao 25 de Abril ainda não conseguiu superar. Com efeito, o estilo salazarista de chefia do Estado foi particularmente acirrado com o General Ramalho Eanes que, apesar de legitimado pelo voto popular, nunca se libertou de uma outra superior legitimidade: a de ser militar, a de pertencer a uma entidade que a si mesma se

considera diversa da "sociedade civil". Só com a eleição de Mário Soares se deu uma efectiva restauração da República a nível da chefia do Estado, processo que, contudo, não foi levada a cabo contra os monárquicos nem marcado por sucedâneos cesaristas.

● A monarquia em Portugal não foi apenas derrubada pelo 5 de Outubro, dado que, ao afrontar o consensualismo da constituição histórica, perdera a legitimidade tradicional. Já definhara muito antes, tanto com o absolutismo como com o revolucionarismo de inspiração jacobina. E não deixou de se desprestigiar depois dessa data, com as subserviências dos responsáveis pelo facciosismo monárquico face ao cesarismo e às ditaduras. Porque o poder real, como instituição de direito natural, apenas consegue viver quando a instituição tem efectiva legitimidade, isto é, quando ninguém a discute e todos a assumem como instituição viva, tão natural como o ar que se respira, ou a nação que, todos os dias, se plebiscita. Com efeito, não haveria monarquia em Portugal, nos termos das velhas leis fundamentais, se, por exemplo, através de um referendo, a maioria absoluta ou a maioria qualificada da população optasse pela monarquia. Enquanto continuar vivo, mesmo que minoritário, um partido republicano, a monarquia nunca poderá conquistar a legitimidade, dado constituir um factor de divisão entre os portugueses.

● A monarquia só tem legitimidade se o poder real for tão natural como a família e a vizinhança, sem estar dependente dos factores da conjuntura, isto é, só poderia ser *restaurado* o poder real em Portugal pela via da aclamação, de um grito unânime, se uma unanimidade espontânea que expressasse o consentimento geral e a que se chega sem discussão e sem qualquer possibilidade de oposição, podendo gerar uma manifestação ruidosa de um sentimento comum ou de uma decisão colectiva, que denote uma certa espontaneidade irresistível. Porque a aclamação pode, nalguns casos, chegar para substituir as manifestações silenciosas e reflectidas da vontade colectiva, nomeadamente o voto secreto. Aliás, a expressão tem um significado especial em Portugal, qualificando a subida ao trono de D. João VI, duque de Bragança, a partir do dia 1 de Dezembro de 1640, como é assinalado na história comparada do direito político. Por isso é que a existência de partidos que se qualificam como monárquicos pode ser extremamente prejudicial para a defesa da coroa como o cume do regime misto e da ideia tradicionalista em Portugal.

● Do mesmo modo, será impossível qualquer instauracionismo monárquico se persistir na opinião pública a confusão entre a ideia monárquica e o fidalguismo, muito principalmente daquele que continua a ser ostentado por certos *aristocretinos* da nossa praça, maioritariamente descendentes daquele baronato devorista, que usurpou os títulos através da especulação financeira e dos golpes partidários. Na verdade, qualquer instauracionismo monárquico só será viável se a política portuguesa voltar a ter aquela necessária temperatura espiritual geradora de efectiva legitimidade e de democráticos consensos populares. Enquanto a política que temos continuar a seguir os ditames dos discípulos de Maquiavel, o monarquismo não passará de emblema para certas castas socialmente monárquicas e que talvez sejam as principais responsáveis pela efectiva não popularidade da ideia monárquica em Portugal. Diria, pois, à maneira de Fernando Pessoa que, apesar de sempre ter sido monárquico, se houvesse, agora, um referendo sobre a questão, teria que optar pela República para defender os verdadeiros princípios monárquicos.

☞ Da esquerda

Organização Cívica Nacional

● Criada em 1951 a partir da comissão de candidatura de Quintão Meireles, com António Sérgio, Carlos Sá Cardoso, Henrique Galvão e o coronel Maia. Estes dois últimos organizam um comité revolucionário e acabam presos.

● Vários oposicionistas apresentam ao governo civil de Lisboa um requerimento contendo os estatutos da Organização Cívica Nacional.

● A pretensão será indeferida (1 de Novembro).

● Em 1952 Prisão de Henrique Galvão e de outros membros da Organização Cívica Nacional, acusados de encobrimento de um movimento revolucionário. Estão reunidos na sede do grupo na Rua da Assunção. Chegam a solicitar a aprovação dos respectivos estatutos ao governador civil de Lisboa, que indeferiu o requerimento (7 de Janeiro).

● Descoberta uma conspiração organizada por Henrique Galvão, com o brigadeiro Maia e os coronéis Martins dos Reis e Tadeu. Os conspiradores são condenados com penas de prisão entre dois e três anos, pelo Tribunal Militar Territorial de Lisboa (17 de Dezembro).

● O julgamento, anulado por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Fevereiro de 1953, será repetido em 17 de Março seguinte.

Comissão Promotora do Voto

● Organização oposicionista promovida em 1953 por António Sérgio, visando as eleições de Novembro desse ano. Integra-a Carlos Sá Cardoso.

● Em Dezembro de 1956, é reactivada a organização.

● Oposicionistas, liderados pela Comissão Promotora do Voto, promovem no Hotel Império, no Porto, um jantar de homenagem a José Domingues dos Santos (8 de Maio de 1957).

● Subscvem mais uma representação do Presidente da República em 1957.

Liga Portuguesa de Direitos do Homem

● Eleitos os novos corpos gerentes desta organização ligada ao GOL, em 11 de Fevereiro de 1953.

Liga Cívica

● Vários oposicionistas subscvem, em requerimento dirigido ao governador civil de Lisboa o pedido de aprovação dos estatutos de uma Liga Cívica (15 de

☞ Para a direita ☞

Henrique Galvão

● Em Abril de 1954, começa a surgir o jornal clandestino *Moreano* (sigla de Movimento de Resistência Antitotalitária, dito *de militares e para militares*, que Henrique Galvão edita a partir da cadeia onde está detido. Colabora também com o jornal brasileiro *Anhemi* que repete os panfletos.

● Polícia detecta que o jornal *Moreano* é emitido da Penitenciária de Lisboa por Henrique Galvão, através de um copiógrafo, emitindo-se cerca de 500 exemplares de cada edição.

● Depois de busca, encontram-se também edições de livros de Galvão, como *O Caso da Índia*, *Subsídios para o Estudo do Problema Político Português* e *Vagô*.

● Henrique Galvão tenta evadir-se do Hospital de Santa Maria de Lisboa, em 4 de Novembro de 1955, agredindo o polícia que o guardava. Será julgado por esta conduta em 5 de Novembro de 1955.

Directório Democrato-Social

● Criado em Dezembro de 1950, mantém-se até 1974, passando a designar-se por Acção Democrato-Social em 1963. Começa por reunir Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e António Sérgio, *os barbas*.

● Entra depois Mário Soares, em 1956, em nome da *Resistência Republicana e Socialista*. O grupo faz, sobretudo, exposições ao Presidente da República, naquilo que Humberto Delgado chama *a pequena guerra dos papéis*.

● Outros fundadores são Acácio Gouveia, Artur Cunha Leal, Carlos

Março de 1954).

Centro Eleitoral Democrático

- Oposicionistas do Porto, liderados por António Macedo, requerem ao Governador Civil do Porto autorização para a constituição no distrito de um *Centro Eleitoral Democrático* (5 de Julho de 1954).

Causa Republicana

- Criada em Novembro de 1954 uma Grande Comissão Nacional para a organização da Causa Republicana.
- O grupo subscrive uma representação ao Presidente da República pedindo a legalização, que é indeferida em Junho de 1955 por despacho do ministro do interior.

Comissões eleitorais da oposição

- Almoço de confraternização de elementos da oposição democrática em Lisboa, onde se aprova a formação de *comissões eleitorais da oposição* em todos os distritos, independentemente da *Comissão promotora do Voto*. Formada uma comissão de honra para o efeito (13 de Dezembro de 1956).
- Novo almoço de confraternização de oposicionistas em Aveiro comemorando a revolução liberal de 1828 (16 de Maio de 1957). Vários elementos da oposição solicitam mais uma amnistia ao Presidente da Assembleia Nacional.
- Subscvem junto do Presidente da República uma *Representação dos Democratas Abstencionistas* (4 de Outubro de 1957).

I Congresso Republicano de Aveiro

- Organizado por Mário Sacramento. Preside à sessão o antigo ministro da I República, Dr. António Luís Gomes (6 de Outubro).

Candidatura oposicionista

- Tendo em vista a campanha eleitoral, a oposição candidata por Lisboa Ferreira Martins, Câmara Reys, Manuel da Palma Carlos e Arlindo Vicente (1906-1990).
- É apresentado um protesto a Craveiro Lopes, subscrito por Jaime Cortesão, Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro, Tito de Morais, Nuno Simões, José Domingues dos Santos, Adão e Silva e Acácio Gouveia, que defendem um *governo nacional* (Outubro de 1957).
- Cunha Leal assume-se como *abstencionista* e critica o *veneno corrosivo da insinuação bolchevista*, apelando à democracia pluralista, que seria capaz de melhor conter o comunismo que o Estado Novo (Outubro de 1957).
- A lista da oposição por Lisboa não é autorizada a concorrer por decisão do Supremo Tribunal Administrativo.
- As listas apresentadas em Aveiro e no Porto logo desistem. Apenas persiste a lista de Braga (18 de Outubro de 1957).
- Sessão de recepção à imprensa dos oposicionistas, realizada no café Chave d'Ouro em Lisboa, onde os candidatos explicam porque se abstêm do acto eleitoral. A notícia é dada na imprensa do dia seguinte (30 de Outubro).
- Um grupo de oposicionistas, liderado por Câmara dos Reys esboça um movimento destinado a propor Mário de Azevedo Gomes como candidato à Presidência da República. O movimento não avança (Novembro de 1957).

Socialistas

- Ramada Curto abandona a SPIO em 1953.
- Nesse ano surge um grupo de reflexão política que começa por designar-se apenas como *Resistência Republicana*. Liderada por Mário Soares que, em 1951, conclui a respectiva licenciatura em Letras e que, entre 1952 e 1957, também tira o curso de Direito, depois de expulso do PCP em 1951.
- O grupo reúne elementos vindos do Partido Comunista, da União Socialista, como Manuel Mendes (antigo militante do MUD Juvenil), Fernando

Sá Cardoso, Carlos Pereira, comandante Moreira de Campos, Nuno Rodrigues dos Santos e Raúl Rego.

Frente Nacional Liberal e Democrática

- Organização criada em Outubro de 1956, por iniciativa de Nuno Rodrigues dos Santos e chefiada pelo general Ferreira Martins.
- Membros da mesma entregam no Ministério do Interior estatutos do grupo, no sentido da respectiva aprovação, que não vai ser concedida (13 de Março de 1957).

Acção Católica

- O movimento da Acção Católica nos anos cinquenta vai politizar-se e começa a esboçar críticas ao regime. Destaca-se o Congresso da JUC de 1953, bem como a renovação nas lideranças da JOC a que estão ligados João Gomes e Manuel Serra (n. 1925).
- Parte desta geração vai colaborar intensamente na campanha de Humberto Delgado em 1958 e alguns deles estão empenhados na organização da intentona da Revolta da Sé de 1959.

Bispo da Beira

- Na Beira, em Moçambique, termina uma reunião colectiva dos representantes das várias missões da diocese, presidida pelo bispo, D. Sebastião Garcia de Resende, onde se denunciam vários abusos das autoridades (18 de Outubro de 1953).
- O mesmo bispo emite uma pastoral bastante crítica para o ministro do ultramar Raúl Ventura. Salazar protesta junto do Núncio (Dezembro de 1957).

- Já antes, o bispo recusara receber o presidente Craveiro Lopes, ferido pela circunstância do governo ter decidido construir um liceu público na cidade, em vez de construir o edifício do Colégio dos Maristas, afecto à diocese

I Congresso da JOC

- Proibida em 1955 a publicação das conclusões, bem como as cerimónias de um jogo cénico que teria lugar depois da sessão de encerramento por interferirem *no terreno concreto do mundo político ou político-económico e político-social*.

Encontro

- Surge em 1957 a revista da geração nascida no Congresso da JUC de 1953. Tem como director João Salgueiro, colaborando João Bénard da Costa, Pedro Tamen e Carlos Portas.

Monárquicos

- Integrada na campanha oposicionista, surge a palestra de Rolão Preto, aos microfones do Rádio Clube Português, *Tudo pelo Homem, nada contra o Homem*, onde fala no salazarismo como *a revolução a frio, esquematizada pela razão, conduzida pelos caminhos da inteligência como se fosse uma*

Piteira Santos (expulso do PCP em 1949), Gustavo Soromenho e Ramos da Costa, a que se juntam, depois, José Ribeiro dos Santos, Teófilo Carvalho Santos, José Magalhães Godinho, Eurico Ferreira e Fernando Homem de Figueiredo.

●É em representação do grupo que Mário Soares entra em 1956 para o Directório Democrato-Social, a convite de Adão e Silva. Como reconhece o próprio Soares trata-se de *um sólido grupo de amigos*.

Comunistas

●Em Fevereiro de 1951, o jornal *Avante* denuncia a cisão do grupo de Mário Soares, Fernando Piteira Santos, Jorge Borges de Macedo e Francisco Ramos da Costa. São considerados *oportunistas*.

●O dirigente Manuel Domingues é assassinado em Belas (4 de Maio de 1951).

●Em 1952 emerge um Movimento Nacional de Defesa da Paz que distribui um manifesto intitulado *Defesa da Paz*. Assinalam-se manifestações estudantis contra a reunião em Lisboa do Conselho da NATO (Fevereiro).

●Participam de forma discreta na campanha eleitoral da oposição em 1953. Beneficiam da amnistia de 28 de Março desse ano. São os principais activistas das greves de Junho no Alentejo que mobilizam cerca de 20 000 pessoas.

●Cunhal define o ano de **1954** como *momento de refluxo revolucionário*, na altura em que o PCP tenta desmantelar uma *fracção de direita*, com João Rodrigues e Cândida Ventura. De Fevereiro a Março surgem várias greves de operários têxteis no norte, nomeadamente em Riba d'Ave e Vila do Conde. Inserem-se na luta desencadeada pelo PCP contra a chamada *campanha da produtividade*. Também nesse ano de 1954 retomam-se as comemorações do Dia do Trabalhador, com manifestações em várias localidades (1 de Maio).

●Morte de Catarina Eufémia no Baleizão. Terá sido assassinada pelo tenente Carrajola da GNR (19 de Maio de 1954). Estamos no ano em que se encerra a colónia penal do Tarrafal, onde apenas está preso o comunista Francisco Miguel (26 de Janeiro).

●Estão na base da formação do Partido Comunista Angolano em **1955**. Neste ano, promovem várias greves e sofrem uma vaga de prisões que afectam Ângelo Veloso, Borges Coelho e Pedro Ramos de Almeida (5 de Janeiro).

●Defendem em **1956** uma *solução pacífica para o problema político português*. Pedro Soares e Júlio Fogaça (1907-1980) até advogam o *entrismo*, a luta na legalidade, principalmente nos sindicatos existentes.

●Realiza-se, neste ano, a sexta reunião plenária do Comité Central, onde as palavras de ordem são as de luta contra o sectarismo e de desenvolvimento de um amplo trabalho de massas, preparando a viragem do V Congresso do ano seguinte.

●Em 1957, assinalam-se algumas greves durante o ano: dos salineiros de Alcochete, dos pescadores de Matosinhos e dos mineiros do Pejão.

●Lançam uma campanha pelo salário mínimo de 100\$00 por dia. Manifestações do Dia do Trabalhador (1 de Maio de 1957).

●Depois do XX Congresso do PCUS em Fevereiro de 1957, o PCP adere à chamada coexistência pacífica, aprovando uma *solução pacífica para o problema português*, naquilo que será, depois, qualificado como *um desvio de direita*. Júlio Fogaça e Pedro Soares, em carta ao Comité Central, propõem que o partido trabalhe dentro dos sindicatos nacionais e opte pela via eleitoral.

●O *Avante* tem então uma tiragem de 5 000 exemplares, devendo o partido contar com cerca de 2 500 militantes (Dezembro de 1957).

experiência de laboratório, repetindo o que do Estado Novo disse Miguel de Unamuno em 1935, *um fascismo de cátedra* (31 de Outubro de 1953).

●Causa Monárquica apela ao voto nos candidatos monárquicos da UN, defendendo a abstenção nos círculos onde estes não concorram (2 de Novembro de 1953).

●Confronto entre Salazar e D. Duarte Nuno sobre o destino dos bens da Casa de Bragança, no ano de 1954, quando Franco chega a acordo com D. Juan de Bourbon sobre a educação do príncipe Juan Carlos, visando a restauração da monarquia em Madrid.

Movimento Independente

●Movimento de monárquicos oposicionistas, onde se destacam Fernando Amado, João Camossa e Gonçalo Ribeiro Teles. Surge em 1957.

●Participam nas movimentações da Revolta da Sé de 1959.

●Candidatam-se em 1961, juntando-se-lhe Francisco Sousa Tavares, Mário Pessoa e Fernando Vaz Pinto.

●Ainda têm intervenção nas eleições de 1965.

Nacionalistas

●Em Maio de 1953, esboça-se oposição nacionalista que pretende concorrer em Aveiro, mas acaba por desistir.

●Em 1958, é criado o Movimento Jovem Portugal que vai ter alguma importância na luta universitária. Um dos fundadores deste movimento que tem como símbolo a cruz céltica é Zarco Moniz Ferreira., assumindo-se contra *as oficinas de Moscovo* e *as lojas da franco-maçonaria liberal e capitalista*. Colaboram no processo António José de Brito e Florentino Goulart Nogueira. Nos anos sessenta chega a publicar em Coimbra o jornal *Combate*.

